



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



EDIÇÃO Nº 10 – MAIO A DEZEMBRO/2024

A **Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Conselheira Presidente: Ivana Lúcia Franco Cei

Membro Auxiliar: Tarcila Santos Britto Gomes (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)

Servidoras:

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti

Letícia Porchera Batista Cassaro

Andreza Silva Fernandes Araújo

Apoio Administrativo: Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes



EVENTOS REGIONALIZADOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

A Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) desenvolveu, durante o ano de 2024, projeto nacional para estimular os Ministérios Públicos a realizarem seminários regionalizados e abrangentes sobre mudanças e crises climáticas.

O objetivo é fortalecer a temática em todos os estados brasileiros, aumentar a articulação interinstitucional e divulgar o manual de atuação e o livro de aspectos doutrinários, preparados pela Comissão. A finalidade é capacitar os membros do Ministério Público para os desafios decorrentes dos desastres socioambientais e dos eventos climáticos extremos.



Em decorrência da iniciativa, entre os dias 6 e 9 de maio, aconteceu o seminário “Extremos climáticos e desastres no DF” no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), ocasião em que foram debatidos temas como o planejamento territorial sob a ótica das mudanças

climáticas; os desafios das comunidades produtoras de água e da regularização fundiária urbana e rural; e a prevenção e o combate ao parcelamento, ao uso e à ocupação irregulares do solo no Distrito Federal. Houve também apresentação de trabalhos científicos.

Foto: SECOM/MPDFT.





Em paralelo, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) promoveu, nos dias 7 e 8 de maio, o seminário "Mudanças climáticas e desastres socioambientais: um olhar do Ministério Público".

Na ocasião, o promotor de Justiça do MPMG Leonardo Maia, membro colaboador da CMA/CNMP, falou sobre a publicação "Desastres socioambientais e mudanças climáticas: manual prático para a atuação do Ministério Público", desenvolvida pelo Grupo de trabalho da CMA.

As iniciativas do MPDFT e do MPPE contaram com a participação de diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de entidades e movimentos da sociedade civil organizada.

Foto: MPPE



Nos dias 13 e 14 de junho foi a vez do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. O seminário "Mudanças climáticas no semiárido e no litoral: impactos e perspectivas para o RN" foi realizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com transmissão pelo canal do YouTube da instituição.

O evento contou com a participação de membros e servidores do MP, do sistema de justiça, gestores, academia e movimentos sociais, com enfoque nos desafios da Zona Costeira e da Caatinga.



Na abertura do evento, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo de construir um Comitê Interinstitucional para gestão integrada da Zona Costeira do RN.

Aderiram ao pacto o Ministério Público Federal (MPF), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RN), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), a Secretaria de Estado do Turismo (Setur), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte (SPU/RN).

Foto MPRN



O Ministério público de Rondônia (MPRO) realizou, nos dias 27 e 28 de junho, em Porto Velho, o Seminário Conjunto sobre Mudanças Climáticas – Uma abordagem Interdisciplinar.

O evento, contou com a participação da membra auxiliar da CMA, promotora de Justiça Tarcila Gomes, que abordou em sua apresentação, o regime de proteção climática e o direito fundamental ao clima.
(Foto MPRO).



No dia 9 de agosto, o Ministério Público do Estado do Amapá, por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO/AMB), sediou o Seminário intitulado “Desafios e Soluções para a Justiça Climática: O Papel das Instituições Públicas nos Investimentos Estratégicos”, ocasião em que foi debatida a



responsabilidade de instituições no combate às mudanças climáticas e crises ambientais.



A presidente da Comissão de Meio Ambiente, Conselheira Ivana Cei, membro do MPAP, expôs sobre o tema “Promovendo a Justiça Climática: o Papel do Ministério Público na Proteção Ambiental e dos Direitos Humanos”, uma abordagem fundamentada em exemplos reais, com enfoque no futuro

do planeta e na importância dos debates sobre justiça climática, eixo do novo Plano Clima.

Fotos: MPAP



O parquet alagoano sediou, nos dias 13 e 14 de novembro, evento regionalizado sobre mudanças climáticas e desastres extremos. A conselheira Ivana Cei, presidente da Comissão de Meio Ambiente, participou do painel "A atuação do Ministério Público em desastres socioambientais e mudanças

climáticas.

O painel contou também com a participação da membra auxiliar da CMA Tarcila Gomes.



Fechando a série de eventos sobre mudanças climáticas e desastres socioambientais em 2024, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul realizou, com o apoio da Comissão de Meio Ambiente, nos dias 21 e 22 de novembro, o Seminário “Mudanças Climáticas: as três fases do desastre”. O “Pacto Nacional para Cidades Sustentáveis e Resilientes a Desastres”, por meio do qual, os seus signatários firmam o compromisso em promover ações coordenadas e eficazes de prevenção, mitigação, resposta e recuperação em face dos desastres socioambientais.



No segundo dia, foi assinado, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por iniciativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA), pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), e 14 instituições aderentes, o Pacto Nacional para Cidades Sustentáveis e Resilientes a Desastres.

O documento já conta com a adesão do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, do Ministério da Integração da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Conselho Nacional dos Ouvidores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente e dos Ministérios Públicos Estaduais do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.



Outros eventos sobre mudanças climáticas



A presidente da Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheira Ivana Cei, participou da 1ª Conferência Internacional de Sustentabilidade do Poder Judiciário, organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 24 de outubro.

Convidada a integrar a segunda mesa de abertura, que abordou o tema “Sustentabilidade e Ministério Público, apresentou as iniciativas da instituição voltadas para questões climáticas e sustentabilidade.



Com o tema “Sustentabilidade, emergência climática e ações do CNMP”, a presidente da CMA expôs os objetivos, as iniciativas e os materiais desenvolvidos pela comissão. Foram mencionadas publicações como “Desastres Ambientais e Mudanças Climáticas: Guia Prático para Atuação do Ministério Público” e “Desastres Ambientais e Mudanças

Climáticas: Aspectos Doutrinários”. Além disso, foram apresentados o Plano Estratégico Nacional para Combate aos Incêndios Florestais e seus Impactos, o Pacto Nacional por Cidades Sustentáveis e Resilientes a Desastres, e o Pacto Nacional de Atuação do Ministério Público para o Combate à Situação da Escassez Hídrica.



ENCONTROS RELACIONADOS À TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE



No dia 27 de junho, aconteceu a **primeira parte da reunião temática**, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, que tratou das emergências ambientais e suas

implicações transversais.

A iniciativa teve o apoio do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas da Escola Superior do MPSP e a Associação Paulista do Ministério Público (APMP). Na abertura, apresentou-se o Coral de Crianças Indígenas do Jaraguá.



Fotos: MPSP.





A convite do Ministério Público do Estado da Bahia, a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público participou do Curso de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Bacia Hidrográfica do São Francisco, realizado na cidade de Juazeiro/BA.

Na ocasião, a CMA/CNMP, oficializou o apoio à **cooperação em defesa do Rio São Francisco**. O acordo alinha-se às recomendações do CNMP nº 65/2018 e nº 103/2023, que tratam da proteção aos recursos hídricos.

O curso, correalizado pela Escola Superior do Ministério Público Federal, em parceria com os Ministérios Públicos da Bahia, Minas Gerais, Sergipe e Alagoas, proporcionou aos participantes - membros e servidores do Ministério Público da União e dos estados - capacitação para uma atuação integrada na fiscalização e na promoção da defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O evento incluiu, ainda, mesa-redonda intitulada "A Atuação Integrada dos MPs em Defesa do São Francisco e o Programa FPI", e contou com a participação da promotora de Justiça e membro auxiliar da CMA, Tarcila Gomes.





A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público, representada pela presidente e conselheira, Ivana Cei, e pela promotora de Justiça e membro auxiliar, Tarcila Gomes, esteve presente no “II Seminário unidades de conservação: perspectivas e desafios da implementação no Brasil e no

Cerrado”, realizado no auditório do Ministério Público de Goiás (MPGO), nos dias 14 e 15 de agosto. A iniciativa teve o objetivo de sensibilizar as autoridades para a necessidade de ampliação das áreas protegidas no cerrado e em todos os biomas do país.



O CNMP, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, foi correalizador do evento, promovido pela Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), em parceria com o MPGO e a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

Na ocasião, a conselheira Ivana Cei anunciou, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, o início de um trabalho estratégico voltado ao incentivo à implementação e proteção das unidades de conservação em todo o Brasil.

Fotos: MPGO





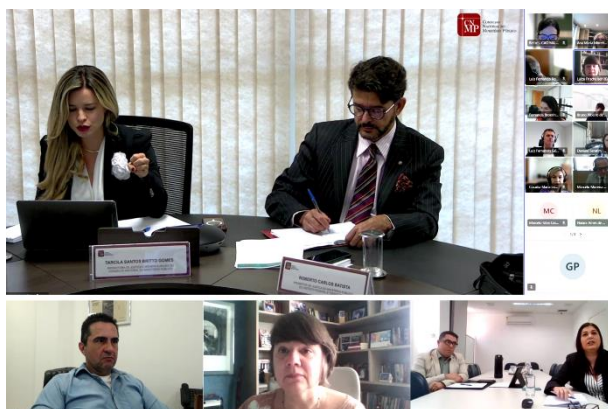
Com o apoio da CMA, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) sediou, em Manaus, no período de 19 a 21 de agosto, o Seminário Internacional sobre a Proteção da Amazônia. Com o tema “Caminhos Verdes”, a iniciativa contou, nos debates, com a participação de doutores das universidades dos estados do

Amazonas (UEA) e de São Paulo (USP), além de expoentes da Europa (Alemanha e Espanha) e da África (Angola), todos ligados a instituições de ensino superior.

A Conselheira e Presidente da CMA, Ivana Cej, **participou da mesa de abertura do encontro**, promovido pelo Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPAM), ocasião em que abordou os objetivos, ações e programas desenvolvidos pela CMA, e ressaltou o papel de integração da Comissão.



Fotos: MPAM



No dia 12 setembro, a Comissão de Meio Ambiente, sob a coordenação da promotora de Justiça e membro auxiliar, Tarcila Gomes, reuniu 53 membros e coordenadores das unidades de meio ambiente de vários Ministérios Públicos do Brasil para **debater estratégias integradas voltadas ao combate a incêndios**



florestais, agravados pelas mudanças climáticas e atividades criminosas. No encontro foram apresentadas ações preventivas e repressivas para combater os incêndios que têm devastado florestas em várias partes do território nacional, com foco para as experiências do Ministério Público dos Estados de São Paulo, de Mato Grosso do Sul e do Tocantins, além do Ministério Público Federal, representado pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

A iniciativa deu origem ao Plano Estratégico Nacional de Ação dos Ministérios Públicos no Combate aos Incêndios Florestais e seus Impactos.



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representado pelas conselheiras Ivana Cei, presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), e Cintia Brunetta, além da membra auxiliar Tarcila Gomes reuniram-se em Brasília, no dia 11

de setembro, com representantes da Delegação da União Europeia no Brasil, para discutir estratégias de combate ao desmatamento no Brasil. Participaram integrantes da *Foreign Policy Instruments* (FPI) – Americas, a ex-conselheira do Conselho Nacional do Justiça (CNJ) e procuradora de Justiça do MPOG, Ivana Farina, e Stephanie Horel, Programme Officer do Foreign Policy Instruments (FPI) – Americas. Na ocasião, foram iniciadas tratativas, com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional na proteção dos biomas brasileiros.



Durante a 14ª sessão ordinária do Conselho, em 24 de setembro, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) e a Ouvidoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presididas pela conselheira Ivana Cei, **lançaram, em âmbito nacional, o aplicativo Radar Ambiental**, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Amapá. A ferramenta é um canal de comunicação para que qualquer cidadão denuncie a ocorrência de crimes ambientais e está disponível gratuitamente nas plataformas **Android** e **iOS**. A finalidade é aprimorar a forma como denúncias de crimes ambientais são mapeadas, recebidas e respondidas.



No último balanço realizado pela Ouvidoria do CNMP, considerando dados do próprio aplicativo, foram registradas cerca de 2 mil denúncias em menos de um mês desde seu lançamento. Na Região Norte, 24,9% das denúncias referem-se a queimadas, enquanto 10,2% estão ligadas à poluição sonora. No Nordeste, 25,9% das denúncias são sobre queimadas; no Centro-Oeste, 17,3% referem-se a queimadas e 37% ao desmatamento. No Sudeste, 41,8% das denúncias são de queimadas, e no Sul, 14,3% se relacionam a queimadas e 25,2% a desmatamento.



No dia 23 de setembro, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidida pela Conselheira Ivana Cei, **deu início às tratativas para a participação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Ministério Público brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre**

Mudanças Climáticas (COP-30). Entre os presentes estavam a conselheira Ivana Cei; a membro auxiliar da CMA, promotora de Justiça Tarcila Gomes; o chefe da Divisão Climática do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores, Mário Mottin, o vice-presidente da Abrampa, promotor de Justiça Luciano Loubet (MPMS); e os promotores de Justiça Roberto Carlos Batista (MPDFT) e José Godofredo Pires (MPPA). O Pará sediará a COP-30, na capital Belém, em 2025.



O CNMP, em conjunto com a CMA e a Abrampa, enviou uma proposta formal à Casa Civil para garantir a participação do Ministério Público Brasileiro na COP-30.

PUBLICAÇÕES



Plano Estratégico Nacional de Ação dos Ministérios Públicos no Combate aos Incêndios Florestais e seus Impactos: A iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, sob a presidência da conselheira Ivana Cei, visa promover uma atuação coordenada e estratégica do Ministério Público em todo o país, priorizando soluções sustentáveis para

prevenir, combater e mitigar os efeitos das queimadas, que têm causado sérios danos ambientais e riscos à saúde pública.

O documento contou com a colaboração de diversas unidades e ramos do Ministério Público. Além de integrar as ações dos Ministérios Públicos estaduais, Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), incorpora práticas bem-sucedidas de estados como Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins, visando reforçar a atuação em todo o território nacional.



Manual de combate ao tráfico de animais da fauna silvestre brasileira – A obra composta por artigos técnicos e doutrinários na temática de proteção aos direitos dos animais foi lançada pela Conselheira Ivana Cei por ocasião da 18ª Sessão Plenária do CNMP,

no dia 26 de novembro. A iniciativa é uma parceria entre o CNMP, por meio da CMA, e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA), por intermédio do Projeto Libertas. Figuram, ainda, como apoiadores, a Freeland Brasil, e o Bureau de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL) do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. A finalidade é oferecer aos membros do Ministério Público



um conteúdo técnico, atual e acessível, incluindo análise do marco legal, jurisprudência recente, estudos de casos práticos e estratégias de cooperação nacional e internacional. Não se trata apenas de um manual técnico, mas de uma ferramenta essencial para o fortalecimento da atuação ministerial em todas as regiões do país.

CAPACITAÇÕES, OFICINAS E CURSOS



O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), em São Luís, sediou, no dia 29 de maio, o **“Workshop de capacitação para o combate à grilagem de terras públicas na Amazônia”**.

O evento foi uma iniciativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidida pela

conselheira Ivana Ceij; do MPMA, por meio do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA); da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Na ocasião foram apresentadas as ferramentas e conhecimentos essenciais para enfrentar um dos maiores desafios sociais e ambientais na atualidade, que é a grilagem de terras na maior floresta tropical do mundo.



O workshop contou, ainda, com uma oficina sobre o “Cálculo do dano climático relacionado à grilagem e ao desmatamento em florestas públicas não destinadas”, ministrada pelas pesquisadoras Lívia Laureto e Rebecca Maranhão e pelas integrantes do setor jurídico da Abrampa, Camila Gato e Raquel Rosner.

Fotos: CCOM/MPMA

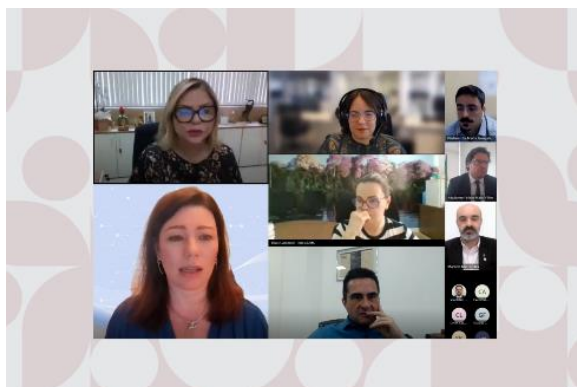




Como um dos desdobramentos da Estratégia Nacional pela Gestão de Resíduos, promovida pela Comissão de Meio Ambiente desde 2022, foi realizado, de forma remota nos dias 20 e 27 de setembro e 11 de outubro, “**Curso prático de implementação da logística reversa das embalagens em geral**”. Organizada pela CMA em colaboração com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e a

Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), a capacitação contou com mais de 230 inscritos, incluindo membros e servidores do Ministério Público, além de gestores e servidores de outras instituições públicas.

Na abertura, a conselheira presidente da CMA, Ivana Cei, destacou que a gestão adequada dos resíduos sólidos não apenas previne danos ambientais, mas também promove a justiça social e a preservação dos direitos das futuras gerações.



Nos três dias de encontro, foram discutidos os desafios e soluções para aprimorar a atuação do MP e de gestores públicos na temática de resíduos sólidos, com destaque para a logística reversa — um processo essencial para coleta e reciclagem de embalagens após o consumo. A formação foi marcada pela participação de especialistas em economia circular, inclusão de catadores e a operacionalização de sistemas de logística reversa.





A Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público, representada pela promotora de Justiça e membro auxiliar, Tarcila Gomes, foi convidada a compor a mesa de abertura na Oficina "Indicadores da Vegetação para Monitoramento e Avaliação da Recuperação Ambiental", realizada na Sede da Embrapa, em Brasília (DF), nos dias 25 a 29

de novembro. Além da CMA/CNMP, estiveram presentes na mesa de abertura os representantes Embrapa, do Ministério de Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Durante 5 dias de evento, 87 pessoas, representando diferentes setores, como organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais, governos estadual e federal e academia debateram indicadores para aferir a eficácia de estratégias de recuperação ambiental no Brasil, específicas para cada bioma do País.



DÍALOGOS AMBIENTAIS 2024

O Programa Diálogos Ambientais chegou à sua 4ª Edição. A iniciativa foi concebida com o propósito de oferecer, aos membros e servidores do Ministério Público e ao público interessado, exposições com temas, ações e projetos exitosos, atuais e relevantes na temática ambiental, por meio do compartilhamento de experiências do Ministério Público, dos Poderes Executivo e Judiciário, da academia e dos segmentos da sociedade civil.

A finalidade das palestras é a de atualizar e capacitar o Ministério Público na defesa do meio ambiente, com o fortalecimento, a integração e a unificação da atuação institucional.

Em 2024 o Edital de Seleção trouxe uma inovação - o “Selo de Excelência Ambiental: Reconhecimento de Excelência em Atuações Ambientais do Ministério Público” -, que representa não só o reconhecimento do esforço e da dedicação das equipes envolvidas nos projetos agraciados, mas também o incentivo à contínua busca por soluções inovadoras e sustentáveis.

Na 4ª edição dos Diálogos Ambientais, foram selecionados, entre os quase 30 inscritos, 18 projetos do Ministério Público brasileiro.

Desde o ano de 2021, o Programa vem proporcionando diversos encontros e os vídeos do projeto no Youtube do CNMP já foram assistidos por milhares de espectadores. As playlists com todas as exposições estão disponíveis no canal do CNMP, no Youtube.

Edições de 2021-2023

Edição de 2024





Em 29 de agosto, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) teve início a 4ª edição do Programa Diálogos Ambientais. Com o tema "Proteção Verde: estratégias para combater o desmatamento ilegal e recuperar áreas degradadas", foram apresentados três projetos de destaque do Ministério Público brasileiro.

O encontro recebeu o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) e Presidente da Associação

Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA), Alexandre Gaio, que apresentou os resultados da Operação Mata Atlântica em Pé; a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Alexssandra Muniz Mardegan, que trouxe o programa "Raízes Sustentáveis", e a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Andrea Scaff de Paula Mota, que expôs, juntamente com a equipe técnica e pericial, o Projeto - Guia orientativo para elaboração-execução de PRAD em imóveis rurais no âmbito dos procedimentos ministeriais.



A promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da Comissão, foi a responsável por mediar os debates.

A “Gestão de resíduos: do direito à prática para um futuro sustentável” foi o tema do segundo episódio do programa Diálogos Ambientais, realizado no dia 26 de setembro.



A promotora de Justiça Áurea Emília (MPPI) fez a exposição do projeto “Zero lixões: por um Piauí mais limpo”. Na sequência, procuradora de Justiça do Estado de Pernambuco (MPPE), Christiane Roberta Gomes apresentou a palestra “Resolutividade no encerramento dos lixões: a experiência do projeto ‘Pernambuco Verde: Lixão’”.



O promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhã (MPMA), Luis Fernando Cabral, tratou da “Ausência de direito de derrelição dos resíduos sólidos - diálogo entre o Direito Civil e o Direito Ambiental”.

A promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da Comissão, foi a responsável por mediar os debates.

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



O 3º encontro, realizado no dia 30 de outubro, tratou do tema “Desastres socioambientais: iniciativas de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução”. Nesse episódio, as convidadas foram a procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul Silvia Capelli (MPRS), que explanou sobre a atuação do Gabinete de Estudos Climáticos (GabClima) do MPRS, e a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) Fernanda Dutra, que apresentou o Programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade.



A promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da Comissão, foi a responsável por mediar os debates.



Conselho Nacional do Ministério Público
SAFS, Quadra 2, Lote 3. Edifício Adail Belmonte
Brasília-DF - CEP: 70070-600



(61) 3366-9263
(61) 3366-9825



meioambiente@cnmp.mp.br

No dia 8 de novembro, o programa **Diálogos Ambientais** debateu o tema: **“Preservação e licenciamento: proteção do patrimônio histórico e natural”**.



A promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Giselle de Oliveira, tratou das “Cavidades naturais

subterrâneas e licenciamento ambiental: novo regime instituído pelo Decreto 10935/22 e alterações trazidas pela ADPF 935”; a procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) Sheila Pitombeira, falou do projeto “Memória e paisagem”; e a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Mariana Leão, apresentou o projeto “Digitalização de documentos históricos da Comarca de Paracatu: preservação e democratização do acesso a documentos do século XIX que remontam ao período da escravidão no Brasil”. A promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da Comissão, foi a responsável por mediar os debates.



BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



O penúltimo encontro do ano ocorreu no dia 28 de novembro, com o tema “Medidas eficazes de proteção ambiental: fiscalização, agrotóxicos e combate a incêndios”. O promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO), Bruno Ribeiro de Almeida, explanou sobre a atuação do Ministério Público nos casos de deriva de agrotóxicos aplicados por avião. Já o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul (MPMS), Luciano Furtado Loubet, trouxe os resultados

do Projeto Pantanal em Alerta e a atuação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul no combate a incêndios florestais. O Projeto APA REGULAR (Ação de fortalecimento das estratégias de fiscalização do avanço imobiliário e desmatamento para fins agrícolas em áreas de unidades de conservação), desenvolvido pelo Ministério



Público do Estado do Ceará (MPCE), foi apresentado pelo promotor de Justiça, Thiago Marques Vieira. A promotora de Justiça Tarcila Gomes, membro auxiliar da Comissão, foi a responsável por mediar os debates.



Conselho Nacional do Ministério Público
SAFS, Quadra 2, Lote 3. Edifício Adail Belmonte
Brasília-DF - CEP: 70070-600



(61) 3366-9263
(61) 3366-9825



meioambiente@cncmp.mp.br



O último episódio do Programa Diálogos Ambientais terá como tema “Iniciativas Promotoras da Vida: Tempo de Cuidar, Proteção Animal e Regularização Fundiária”. Será exibido no dia 13 de dezembro, e terá a participação da promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), Belize Câmara Correia, com o Projeto Tempo de Cuidar; da promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Luciana Imaculada de Paula, com o Programa Regional em Defesa

da Vida Animal (PRODEVIDA); da promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), Marta Moriya Loyola, com o Projeto Lote Legal, e do promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Cláudio Rebêlo Correia Alencar, com o Projeto Fome Zero Pet.



SELO DE EXCELÊNCIA AMBIENTAL



No dia 28 de novembro, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, foi realizada pela Comissão de Meio Ambiente a **Cerimônia de Entrega, aos agraciados, do “Selo de Excelência Ambiental”: Reconhecimento de Excelência em Atuações Ambientais do Ministério Público.**

O evento foi transmitido, em tempo real, pelo canal do **CNMP no Youtube.**

Foram contemplados ao todo 27 projetos realizados pelo Ministério Público brasileiro, divididos em 4 categorias:

Na categoria destaques 2024, a CMA reconheceu quatro ações que se destacaram pela relevância e impacto, incluindo o enfrentamento à mineração ilegal, a Plataforma Semente, e iniciativas de conservação e restauração da diversidade florestal.

Na categoria Diálogos Ambientais, 18 projetos tiveram reconhecimento nos seguintes eixos: Desastres Socioambientais, Gestão de Resíduos, Proteção



Verde, Preservação e Licenciamento, Medidas Eficazes de Proteção Ambiental e Iniciativas Promotoras da Vida.

Na categoria especial dedicada a "Projetos Destaques em Tecnologia", receberam o Selo os aplicativos Radar Ambiental, GeoRadar e Novo Sondar.

Por fim, o Ministério Público do Trabalho recebeu duas premiações na categoria que reconheceu a excelência dos projetos da instituição, por terem demonstrado a interface entre as questões trabalhistas e ambientais, como o Programa Nacional de Banimento do Amianto e a atuação no enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas nas relações de trabalho.

Em 2025 serão lançadas novas categorias, que reconhecerão também instituições públicas, privadas e personalidades que contribuam para a proteção ambiental.



Na abertura da cerimônia de Entrega do Selo de Excelência Ambiental, a Conselheira Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Ivana Cei, e o Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental (ABRAMPA), Alexandre Gaio, assinaram o Acordo

de Cooperação Técnica nº 16/2024, que tem por objeto instituir a cooperação técnico-científica e institucional entre CNMP e ABRAMPA com vistas ao intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo que tenham como objetivo o aperfeiçoamento dos membros do Ministério Público brasileiro em conhecimento voltado para proteção ao meio ambiente.



PROPOSIÇÕES



Durante a 18ª Sessão Ordinária de 2024, realizada no dia 26 de novembro, a Conselheira Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Ivana Cei, **apresentou proposta de Recomendação que dispõe sobre a implementação do Programa Ministério Público Carbono Zero** e estabelece

diretrizes para alcance da neutralidade de carbono no âmbito do Ministério Público brasileiro. A iniciativa prevê um programa estruturado para que todas as unidades do Ministério Público brasileiro alcancem a neutralidade de carbono até 2030. O programa estabelece diretrizes claras e um cronograma factível para sua implementação, respeitando a autonomia administrativa de cada ramo do MP.

A **proposta, autuada sob o nº 1.01270/2024-95**, foi distribuída para o Conselheiro Paulo Cezar dos Passos, a quem caberá a relatoria.

